

Juízo Moral Ecológico de Professores do Ensino Fundamental de Porto Velho

Vanessa Aparecida Alves de LIMA¹

Tamara Neves FERREIRA²

Resumo

Entre os temas de grande preocupação da sociedade contemporânea estão as questões ecológicas. O Brasil tem importante papel na crescente discussão sobre o tema e na construção de uma legislação na área, haja vista a atual discussão do Código Florestal Brasileiro e a realização em 2012, da Rio + 20. Sendo a ecologia um Tema Transversal recomendado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's., é preciso que seja desenvolvido através de projetos pedagógicos que levem os alunos a refletirem sobre o tema de forma global, considerando não apenas os aspectos da natureza, mas essencialmente a harmonia: homem/natureza, na construção de uma sociedade sustentável. Neste trabalho, baseados na Teoria da Psicologia Moral, postulamos que para que tal se realize, é necessário que estes professores possuam um Juízo Moral Ecológico. Para tanto pesquisamos o juízo moral ecológico de 09 professores de uma escola pública do município de Porto Velho - RO, suas ações cotidianas nesta área, as atividades pedagógicas sobre a ecologia propostas aos alunos e a ética que as permeia. Tivemos como base as teorias da Psicologia Moral de Piaget (1932/1994), Puig (1998) e La Taille (2009, 2003, 2002, 2001, 1998) e no campo do juízo moral ecológico as pesquisas de Lima (2010, 2009, 2005), Minin e Lima (2010) e Milani, Minin e Lima (2009). Os resultados apontam que os professores pesquisados, embora se interessem pelo tema da ecologia e o tenham adotado como componente curricular e prática pedagógica, não apresentam um juízo moral ecológico acerca do mesmo e não constroem justificativa pertinente a uma prática pedagógica transversal no tema meio ambiente, como postula os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras-Chave: Juízo Moral, Ecologia, Psicologia Moral, Ética Verde.

¹ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Docente da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: limavanessa@uol.com.br.

² Pedagoga com Habilitação nas Séries Iniciais pela Faculdade Porto. Professora de Educação Infantil em Instituição Privada de Porto Velho (RO). Especializada em Gestão Escolar. E-mail: tamaranevesferreira@hotmail.com.

Ecological Moral Judgment of Elementary School Teachers of Porto Velho

Abstract

Ecological issues are among the topics of major concern in contemporary society. Brazil has an important role in the growing debate on the topic and on the construction of legislation in the area, due to the current discussion of the Brazilian Forest Code and the realization in 2012 of the event Rio + 20. Being the ecology a Transversal Theme recommended by the National Curriculum Parameters PCN's, it's necessary to be developed through educational projects that take students to reflect on this matter as a worldwide theme, considering not only the aspects of nature, but essentially the harmony: man / nature, in building a sustainable society. In this work, based on the Theory of Moral Psychology, we postulate that for this to happen, it is necessary that these teachers have an Ecological Moral Judgment. For this purpose, we have researched the ecological moral judgment of 09 teachers of a public school in the city of Porto Velho - RO, their daily actions in this area, educational activities about ecology proposed to the students and the ethics that permeates these activities. It was used as theoretical basis the Piaget's Moral Psychology theory (1932/1994), Puig (1998) and La Taille (2009, 2003, 2002, 2001, 1998) and in the field of ecological moral judgment researches of Lima (2010, 2009, 2005), Minin and Lima (2010) and Milani, Minin and Lima (2009). The results show that the researched teachers, although get interested in the topic of ecology and have adopted it as a component of curricular and teaching practice, do not present an ecological moral judgment about the theme and do not build a pertinent justification to a transversal pedagogical practice regarding the environment and its issues, as postulates the National Curriculum Parameters.

Keywords: Moral Judgment, Ecology, Moral Psychology, Green Ethics.

Introdução

O desenvolvimento cognitivo e social do ser humano (representado pela tecnologia - produção e consumo), com sua crescente capacidade de ampliar a exploração dos recursos disponíveis, tem-nos levado a níveis de exploração do Planeta cada vez mais intensos, que colocam em risco extremo a nossa existência e de outras espécies.

Como educadores, nas questões ecológicas, acreditamos que precisamos ampliar nossa compreensão sobre os fenômenos envolvidos. Buscar respostas que produzam estratégias de sensibilização e formação que levem os sujeitos a compreender e agir de forma a promover o desenvolvimento humano (social e tecnológico), com a menor agressão possível ao ambiente natural (fonte de recursos e habitat de muitas vidas deste Planeta).

Nesta perspectiva, espera-se a contribuição de todas as áreas do conhecimento e "A Psicologia precisa fazer parte desse esforço, pela necessidade de se compreender o ser humano frente ao ambiente" (PINHEIRO, 1997, p. 380). Entre as áreas de estudo e aplicação da Psicologia que ainda carecem de pesquisas quanto ao tema, está a Psicologia Moral³.

Destarte, a pesquisa procurou compreender o juízo moral ecológico dos professores de Porto Velho-RO ao trabalhar a temática ambiental na perspectiva transversal (PCN's - BRASIL, 1998), o que segundo nosso referencial teórico (LIMA, 2010, 2009, 2005; MININ; LIMA, 2010; NERES; LIMA, 2011), supõe a autonomia moral ecológica dos professores para inspirar a consciência ambiental em seus alunos.

³ Pesquisa nas bases de dados científicas (também com termos em inglês, espanhol e francês), inclusive em bancos de teses e dissertações brasileiras como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, revela tal situação.

Ecologia: Conceito e Discussão

A ecologia é a ciência preocupada com o restabelecimento do equilíbrio entre o ser humano e a natureza. Segundo Cunha (1994, p. 283), o termo foi usado pela primeira vez na língua portuguesa no século XX, e significa “o estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente”. Isto implica pensar não somente a natureza, mas os seres humanos também.

Corroborar esta visão a definição de Marçolla (2002) para quem “As possibilidades de harmonização dos projetos sociais e estilos de vida com os limites da capacidade de suporte e regeneração do meio ambiente estão entre os grandes desafios da contemporaneidade” (p. 58), e não tememos incluir neste desafio a formação ética dos educadores, já que a metacrítica ao progresso, como um modelo prejudicial à utilização racional dos recursos naturais é discutida no Brasil desde 1786 (PÁDUA, 2002), mas não temos visto uma discussão transversal do tema nas escolas, e acreditamos que se tal não for assim discutido, continuaremos a reproduzir a dissociação homem-natureza.

Os discursos e a legislação brasileira acerca da ecologia são antigos [desde o século XVIII], e muito do que se tem sido discutido desde então, culmina em 2012, com a Rio+20, que assim como a Rio+5 (Rio de Janeiro) e a Rio+10 (Joanesburgo), é uma reedição da Eco 92 para avaliação dos avanços ecológicos no planeta Terra e palco de novas negociações para ações futuras dos governos.

A Rio+20, Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável elaborou como documento de compromissos ambientais dos 94 líderes de governo participantes, para a posteridade, o documento chamado “O Futuro Que Queremos” que foi classificado, inclusive pelo Secretário Geral da Rio+20 Sha Zukang como “pouco ambicioso”, inclusive porque não estipula prazos para as ações governamentais.

Contudo, na avaliação de diversas organizações ambientais e de muitos especialistas, como Tarso Azevedo (consultor ambiental) e Sérgio Besserman (economista), o valor da Rio+20 foi ampliar a discussão sobre as questões ecológicas como o compromisso de 200 universidades de 50 países que se propuseram a rearranjar seus currículos para priorizar lições de sustentabilidade.

Mas se somos tão bem informados e amparados teoricamente pela legislação nas questões ambientais, por que isto não tem se concretizado em ações ecológicas?

Encontramos algumas possibilidades apontadas por Costa (2002), que se baseia em diversos autores e pesquisas: As ações são restritas e ligadas a mudanças de comportamento local, o que limita o aprendizado e a filosofia; Quando o PCN foi implantado os professores não receberam treinamento para tal e houve grande resistência. Apenas a partir de 1999 o MEC retomou o programa procurando despertar o interesse nos professores; Falta de formação adequada gera projetos equivocados. “Uma escola motiva os alunos a catarem latas de alumínio para reciclagem. Isto é válido, claro, mas se não se analisa, primeiro, a questão do excesso de consumo, a mera coleta não resolve a questão” (p. 36); No âmbito da educação pública, o meio ambiente ainda não está presente como prática de sala de aula. Existem esforços iniciais de secretarias de educação, mas nada que valha ser destacado.

Neres e Lima (2011) acompanharam um Programa de Educação Ambiental de uma escola pública do município de Porto Velho-RO premiada nacionalmente pelo projeto baseado nos PCN's, mas concretamente pouco constataram na prática pedagógica que demonstrasse a compreensão transversal da ecologia prevista nos PCN's. O que encontraram já foi destacado acima na visão de Costa (op. cit.), ou seja, um projeto equivocado no que tange à ecologia, que

não discutiu as causas da situação, transformando-se apenas em mais uma atividade para os alunos, neste caso, de avaliação da participação nas atividades propostas.

Daí nossa preocupação, de que “É urgente que a Psicologia leve em conta as relações com outras áreas de conhecimento, e o contexto político-institucional das desatenções aos problemas humano-ambientais” (PINHEIRO, 2001, p. 22).

Nesta intersecção vemos a Psicologia Moral como uma área capaz de fornecer subsídios para uma discussão que modifique a relação homem-natureza. Acreditamos que compreendendo os processos envolvidos na formação moral ecológica dos sujeitos seja possível elaborar propostas pedagógicas para a formação de uma ética verde.

Psicologia Moral e Ética Verde

A moralidade é um dos mais antigos temas de preocupação do ser humano, e significa uma discussão essencial para o bem que possamos fazer uns aos outros na construção de uma sociedade mais harmônica e justa, inclusive nas questões ecológicas.

Nas discussões sobre a moralidade, a psicologia, ao lado de outras ciências, como a filosofia e a sociologia, tem contribuído para tentar “[...] desvendar as causas subjetivas (os impulsos, os motivos) que levaram o sujeito a agir consciente ou inconsciente desta e não de outra forma”. (FREITAG, 1997, p. 14).

Na perspectiva da Psicologia Moral, a busca das causas subjetivas que levam os indivíduos a agir de certa forma, pressupõe uma concepção de moralidade referenciada pela cultura a que o sujeito pertence, e que não está restrita à obediência cega de parâmetros pré-determinados. Moralidade implica tomada de consciência e adesão por livre arbítrio a normas e regras.

O ato moral, como ato de um sujeito real que pertence a uma comunidade humana, historicamente determinada, não pode ser qualificado senão em relação com o código moral que nela vigora [...] de tal maneira que estas normas [...] sejam acatadas livre e conscientemente. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1998, p. 66-67).

E assim também será vista a moralidade em relação à ecologia neste trabalho. O meio cultural dos indivíduos, contemporaneamente, diz respeito a conhecimentos cada vez mais divulgados sobre ecologia, tornando-a assim um código moral do grupo a que pertencemos, este inclusive referenciado de forma legislativa e judiciária no Brasil, reconhecidamente um dos países com legislação ambiental mais atual.

A tomada de consciência é o que se espera de indivíduos que tenham a oportunidade de frequentar escolas e outros grupos (como associações, cooperativas, grupos de jovens) aonde o tema vem sendo debatido, incluindo-se neste aspecto a mídia das grandes massas, que frequentemente aborda o tema em todas as suas facetas: derrubada e queimada de vegetação natural; produção de poluentes por carros e fábricas; produção e tratamento de lixo; aumento do número de animais em extinção; mortes e maus tratos de animais silvestres escravizados; consequências das agressões à natureza, como enchentes, assoreamento dos rios, entre outros elementos.

Nesta perspectiva, nos interessamos por conhecer os aspectos da moralidade dos formadores destes grupos, entre eles os professores das séries iniciais do ensino fundamental no que diz respeito à compreensão do conceito de ecologia na realização da proposta dos PCN's para o tema do meio ambiente; do planejamento e de estratégias de atuação em sala de aula relacionados ao tema e do julgamento moral ecológico; e através da apresentação de um dilema ecológico para compreensão da ética que circunscreve tal juízo.

Para tanto, acreditamos, assim como Lima (2010, 2009 e 2005), que a ecologia é moral em todas as suas dimensões. Isto significa dizer que não

apenas no juízo moral, mas também na ação moral. Nas perspectivas cognitiva e afetiva da moralidade.

Para tornar mais claro este importante conceito dentro da Psicologia Moral, tomemos a explicação de La Taille (2002, p. 135) que nos ensina sobre esta distinção:

Sendo que toda ação remete a um “fazer”, a dimensão cognitiva ou “intelectual” corresponde ao “saber fazer”, e a dimensão afetiva corresponde ao “querer fazer” [...] para que uma ação seja definida como moral é preciso que a motivação que a inspirou seja, ela mesma, moral.

Por exemplo, pagar impostos pode ser uma ação moral ou não moral. Se o imposto de renda é pago porque o sujeito, após usar sua consciência moral e autonomia para julgar esta necessidade de pagar o imposto de renda, o considera correto e justo, então a motivação é também moral. Logo, a ação é moral. Mas se o sujeito paga seu imposto de renda apenas quando não consegue recibos frios para apresentar à receita federal, esta ação não é moral, porque sua motivação não é moral.

Existem várias correntes na Psicologia Moral que explicam as motivações morais. Historicamente e hoje, ainda com bastante força, estão as correntes piagetiana e kohlberguiana que se inspiraram em Kant. A moral kantiana dá a dimensão da obrigatoriedade, denominada Imperativo Categórico.

La Taille (2002, p. 136) esclarece este aspecto:

Do ponto de vista do “querer fazer”, a moral exige certo tipo de “querer”: o dever. É dever moral aquilo que aparece para a pessoa como “algo que não pode não ser feito”, porque é um bem em si mesmo. A moral remete, portanto, à dimensão da lei, da obrigatoriedade. “Neste sentido é que advogo que a ecologia é moral. Seu princípio é moral. Sua ética é moral. Seu objetivo é

moral. A cultura que envolve as discussões ecológicas é moral. Busca a justiça, o bem, o correto” (LIMA, 2005, p. 74).

E mais,

Talvez alguns ecologistas não sejam morais, pois a inspiração que os leva àquela ação (defesa ambiental) não é ecológica, mas sim de poder, ambição, visualizar um meio de alcançar outra posição, status, fama, cargos, financiamentos. Mas a ecologia o é. (LIMA, 2010, p. 469).

Se “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”, (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1998, p. 12), não se pode falar em ecologia, em educação ambiental, sem que uma ética ecológica circunscreva tais discussões.

É por isto que acreditamos que só um professor moral ecologicamente pode formar sujeitos morais nas questões ecológicas. A dimensão cognitiva, nestes sujeitos, deve estar aliada à dimensão afetiva no que tange à ecologia. Para estes educadores cumprirem sua função de formadores de educação ambiental/ecológica, o tema da ecologia deve ser para eles um imperativo categórico, como postulava Kant, que nos leva a compreender que “É tal a condição cultural do sujeito, envolvido pela sociedade, com suas normas e suas leis, que ele não pensa fazer de outra forma, tal que esta forma é a correta e inapelável forma de fazê-lo” (LIMA, 2005, p. 78).

Assim sendo, uma pessoa moral ecologicamente é aquela que possui valores que regulam sua ação em função do respeito por si, seu próprio espaço e sobrevivência, mas também por outros, pelo valor à vida e pelo espaço que todos ocupam - o espaço público.

Segundo os ecofilósofos Sylvan e Bennett (1994, p. 08), durante a breve história da filosofia ocidental os seres humanos foram os únicos objetos da preocupação moral e atualmente se discute a ideia de que o mundo não humano é parte da ética centro humana, “O que há de novo no Ocidente, é a con-

templação séria de incluir o mundo não humano na preocupação moral e até mesmo estender um tratamento adequado ético para suas partes”. Participamos deste grupo.

Sendo que nossa definição de moral em face do foco que estamos tratando leva necessariamente à explicitação de qual ética a circunscreve, esclareçamos aqui não só a definição de ética adotada neste trabalho como também a distinção didática que possamos fazer com o conceito de moral.

Vejamos o que nos diz La Taille (2001), que explica que moral e ética são muitas vezes tomadas como sinônimo, mas que isto ocorre por desconhecimento de sua fundamentação teórica. A moral engloba as diversas regras e valores dos homens, enquanto a ética é o estudo destas regras e valores no campo filosófico, psicológico e sociológico. “A ética está para a moral como a epistemologia está para a ciência” (LA TAILLE, 2001, p. 68). Tal ideia fica também esclarecida na explicação de Sánchez Vázquez (1998) “A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral” (p. 13).

Quando a ética pergunta por que devemos agir conforme a moral, nos convida a refletir “[...] não apenas sobre a validade de uma ou outra regra, mas também sobre o sentido da vida.” (HARKOT-DE-LA-TAILLE; LA TAILLE, 2004, p. 70), pois a ética não trata apenas do fundamento do dever moral, mas “[...] traduz uma reflexão sobre o sentido da vida”. (op. cit.). Pensar sobre a ecologia é pensar sobre a vida não só do ser humano, mas de todos os seres de nosso Planeta, portanto, é sempre uma (reflexão) ética.

Para Eckensberger (2001), pesquisador da Psicologia Ambiental, ética, no senso estrito da palavra, não se refere a como o mundo é, mas como o mundo deveria ser; não se refere a como as pessoas agem ou agiriam numa situação particular, mas como elas devem ou deveriam agir.

Nesta perspectiva, a educação ambiental, a educação da ecologia, depende também de uma educação/formação moral, e nesta está “[...] essencialmente um processo de construção de si mesmo” (PUIG, 1998, p. 19). Ou seja, conseguir educar moralmente, seja dentro dos temas ecológicos ou outros, implica um educador que conseguiu realizar uma auto reflexão e tornar suas ações coerentes com seu juízo moral.

Acreditamos que a formação de um sujeito moral pode e deve ser compreendida à luz da teoria do Desenvolvimento Moral, e adotamos neste trabalho os postulados de Jean Piaget (1932/1994), embora outros teóricos, como Lawrence Kohlberg (1951/1992) também sejam referências acadêmicas e científicas para o tema. Piaget é indubitavelmente uma grande referência pelo pioneirismo no assunto dentro da ciência Psicologia e pela contemporaneidade de seus postulados. Sendo que os programas de desenvolvimento moral realizados por Kohlberg também contribuem com estratégias pertinentes à discussão da ecologia.

Respeitando a formatação deste artigo, não vamos nos estender na explicação da teoria do desenvolvimento moral piagetiano ou kohlberiano, inclusive porque acreditamos que o leitor pode ter fácil acesso a estes conhecimentos em artigos científicos disponíveis na internet, como em Lima (2004) ou na obra bastante difundida de Piaget (1932/1994). Preferimos reservar o espaço que aqui nos cabe para apresentar a ética verde que referenda os postulados desta pesquisa.

Embora não haja um consenso quanto ao que seja uma ética ambiental, a ecopsicologia e a ecofilosofia tem discutido a construção de uma ética do ambiente, denominada ética ecológica ou ética verde (KEENEY, 1997; BROWN, 1995; GRAY, 1995; HILMAN, 1995; METZNER, 1999; ROSZAK, 1995; SEWALL, 1995; SYLVAN; BENNETT, 1994), que implica o respeito à relação

integral do ser humano com a natureza e a utilização racional dos recursos naturais. Tal ética, a ética verde, foi justamente o que Lima (2010, 2009, 2005) encontrou na formação da personalidade moral ecológica de líderes ambientais referendados pela comunidade rondoniense e nestes sujeitos a ética verde se caracteriza por uma ética da sustentabilidade. Dadas as dimensões da pesquisa aqui apresentada, não pudemos investigar a formação da personalidade moral, mas buscamos compreender a presença desta ética verde no juízo moral ecológico dos participantes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Transversalidade na Educação da Ecologia

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, também conhecidos e chamados no meio educacional por PCN's - como aqui passarão a ser tratados (BRASIL, 1998), são uma coleção de livros que explicam como as disciplinas do currículo escolar devem ser trabalhadas nas quatro primeiras séries da Educação Fundamental visando à aprendizagem significativa, ou seja, são instrumentos fundamentais para o educador conseguir aplicar em suas aulas conteúdos necessários e concomitantemente envolver reflexões que levem os alunos a serem cidadãos ativos no meio em que vivem.

[...] são, portanto, uma proposta do MEC para que a educação escolar brasileira tenha um caminho a seguir. São referências em todas as escolas do país para que garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade. Seu objetivo é garantir que crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos necessários para a integração na sociedade moderna como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (DELFINO, 2010, p. 2).

Tal proposta tem como finalidade primordial a interdisciplinaridade, contextualizando os temas transversais com as disciplinas propostas pelo currículo escolar, por isto considerado um poderoso instrumento para propor atividades e metodologias que levem tanto o aluno como o professor a uma reflexão sobre sua conduta.

Espera-se que, desenvolvendo as estratégias pedagógicas de acordo com a interdisciplinaridade indicada pelos PCN's, os alunos se tornem capazes de desenvolver habilidades reflexivas sobre a política, saúde, sociedade, educação, entre outros, não só no campo cognitivo, mas também no que diz respeito a se tornarem cidadãos ativos na construção de suas histórias e do seu grupo social.

Tal proposta pode ser vista claramente no PCN Temas Transversais - Ética, que propõe a formação de um indivíduo que se perceba "integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as intenções entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente" (BRASIL, 1998, p. 07).

A organização dos PCN's de uma forma geral dá-se em dez livros: Introdução, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Temas Transversais Ética, Temas Transversais Meio Ambiente e Saúde, Temas transversais Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Aqui nos interessa destacar os PCN's dos Temas Transversais, onde cada tema ocupa um livro: Temas Transversais Ética, Temas Transversais Meio Ambiente e Saúde e Temas Transversais Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

No oitavo volume: Temas Transversais Ética, encontramos a preocupação com a formação da consciência moral dos sujeitos envolvidos no processo educativo, tanto educadores quanto educandos. A estrutura escolhida para o Tema Transversal Ética foi a divisão em quatro blocos de conteúdos: Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo e Solidariedade. Valores que primam pela cidadania e discutem a necessidade de respeito pela dignidade humana, propon-

do aos alunos reflexões sobre como agir moralmente perante a sociedade e a natureza.

[...] é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influencia marcante no comportamento da criança. [...] Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante (BRASIL, 1998, p. 73).

Isto implica na tomada de consciência que cabe a escola-instituição e não ao professor de forma individual decidir as discussões a serem propostas. Também se deve atentar que não basta apenas ter o instrumento, é preciso saber utilizá-lo, o que implica na prática da interdisciplinaridade proposta para estimular a aprendizagem significativa e reflexiva.

O nono volume é voltado ao Tema Transversal Meio Ambiente e Saúde, nele encontram-se a questão ambiental organizada em um breve histórico, ressaltando os modelos de desenvolvimento econômico e social, assim como conteúdos, critérios de avaliação e orientação didáticas.

Para concluir este item, é preciso esclarecer nossa compreensão de Transversalidade e Interdisciplinaridade.

Tomamos o conceito de transversalidade dos PCN's, que preconiza que transversal é a proposta de conteúdos entre os campos do conhecimento, onde as questões são trabalhadas de forma contínua e integrada para que um assunto faça parte de todas as disciplinas.

"[...] a interdisciplinaridade pressupõe o desenvolvimento de metodologias interativas, configurando a abrangência de enfoques e contemplando uma nova articulação das conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas" (JACOBI, 2005, p 246).

Também queremos pontuar aqui, que conhecemos as críticas aos PCN's quanto à proposta da transversalidade, como a de Gallo (1999), que

diz não passar de “[...] uma tentativa de colocar em prática a idéia da interdisciplinaridade, já que as disciplinas – ou áreas – são mantidas como estruturação básica do plano curricular da escola.” (p. 09), mas acreditamos que representam também um processo na mudança de práticas pedagógicas cristalizadas e horizontalizadas, para práticas mais dialógicas e democráticas.

Metodologia

Replicamos neste trabalho metodologia desenvolvida em pesquisas anteriores no Estado de Rondônia com líderes ambientais (LIMA, 2010, 2009, 2005) e adolescentes do ensino médio (MININ; LIMA, 2010). Como instrumentos da pesquisa utilizamos a entrevista semi dirigida e os dilemas morais ecológicos.

Entrevista

Depois de gravadas as entrevistas foram transcritas e seu conteúdo foi categorizado - como propõe Bardin (2004), com ênfase nos aspectos do juízo moral ecológico (LIMA, 2010). As entrevistas (cujo roteiro pode ser disponibilizado pelos autores por e-mail) serviram de aporte para as interpretações dos dilemas morais ecológicos, auxiliando na compreensão da motivação ecológica, consciência moral e ética ecológica.

Dilema Moral Ecológico

Utilizamos o método intitulado dilemas, onde se apresenta ao sujeito uma situação de vida real, e dá-lhe a oportunidade de escolha, seguido de um inquérito onde se levantam as razões da escolha feita. “Os dilemas morais são construídos a partir de hipóteses psicológicas a respeito do nível de desenvolvimento do sujeito e de variáveis culturais” (La Taille, 2003, p. 21).

O dilema apresentado aos entrevistados foi o seguinte:

Pedro é um fazendeiro que no mês passado precisou retirar 10 m³ de madeira para fazer uma casa. Para autorizar o desmatamento, o IBAMA cobra uma taxa de R\$ X. Pedro achou abusiva. Não pagou a taxa, retirou as madeiras clandestinamente e plantou 03 alqueires com várias plantas da região, como ipê roxo, castanheira e jacarandá. (a) Você acha que Pedro agiu certo? Por que (justificativa)? (b) Você acha correto desobedecer a uma lei mesmo compensando-a clandestinamente?

Aos dilemas segue-se uma entrevista clínica, que segundo Queiroz e Lima (2011), “[...] consiste em uma conversa aberta com o sujeito, na qual se procuram seguir suas ideias e explicações sobre um determinado tema [...] O entrevistador intervém sistematicamente e conduz suas perguntas de modo a tentar esclarecer o que o sujeito diz” (p. 113).

Conseguir perceber e captar as possíveis tomadas de consciência e de formulações mentais sobre a questão ecológica, ou seja, os juízos morais é ponto central desta pesquisa.

Universo da Pesquisa

Considerando a necessidade de escolher uma escola por motivos práticos dentro do vasto universo de escolas com turmas das séries iniciais do ensino fundamental da cidade de Porto Velho, elegemos como critério ser a escola pública com melhor colocação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB em ano recente (não podemos ser mais específicos quanto ao ano para garantir o sigilo dos participantes).

A opção por este critério fundamenta-se em nossa hipótese de que nestas escolas há maior possibilidade de encontrarmos professores cujo juízo moral ecológico colabore para que a realização dos projetos de educação ambiental se dê tal qual preconizam os PCN's.

Colaboradores da pesquisa

Dirigimo-nos à escola e após apresentar nosso projeto e obter autorização por escrito da direção para realização do mesmo, convidamos os 14 professores das séries iniciais do ensino fundamental para participar de nossa pesquisa, independente de ano ou disciplina que ministravam, já que os PCN's preconizam a transversalidade. O que nos interessava não era o conteúdo trabalhado, mas a motivação ecológica e o ponto de vista do juízo moral ecológico que embasa as ações morais ecológicas dos professores. 09 professores aceitaram participar.

Para garantir o anonimato dos participantes acatamos a sugestão de Creswell (2007), para usar “[...] apelidos ou pseudônimos para pessoas e locais a fim de proteger identidades” (p. 80) e escolhemos identificar os participantes numericamente, ou seja, Participante 1, Participante 2, cuja identificação, ao longo do trabalho será feita abreviadamente pela letra P. Ex. P1; P2; P3, sucessivamente.

Apresentação e Análise dos Dados

A média de idade dos participantes é de 34 anos, (sendo a menor idade 30 anos e a maior idade 52).

Conhecemos o sexo dos entrevistados, mas para resguardar a identidade dos mesmos e nosso compromisso de sigilo com a escola, não revelaremos no trabalho, pois não se apresentou um dado significativo quanto aos aspectos aqui analisados.

O tempo médio de experiência no magistério é de 11 anos, contudo 02 estão trabalhando há apenas 02 anos, 05 estão entre 09 e 12 anos e 02 tem quase 20 anos de trabalho.

A idade, o tempo de formação e a experiência dentro dos níveis de ensino não foram variáveis significativas na compreensão dos dados em nenhuma das questões.

A compreensão do conceito de “Ecologia” como uma ciência preocupada com a harmonia entre o ser humano e a natureza foi exposta por apenas 01 participante:

“É a relação de todos os seres vivos com o ambiente em que vivemos” (P8).

A representação de ecologia dos demais participantes diz respeito a um conceito de natureza e se assemelham mais a práticas conservacionistas, e não interacionistas de preservação do meio ambiente. Vejamos um exemplo⁴:

Em continuação à compreensão do que sejam movimentos ecológicos, solicitamos a distinção de movimentos ecológicos e ecologia, o que seria um desdobramento da compreensão de ecologia como ciência e movimentos ecológicos como posicionamento político. Os participantes pareceram não compreender o que estava sendo perguntado, mesmo quando o entrevistador insistiu fazendo a pergunta de outras formas. Ora, tal falta de compreensão advém do que foi constatado no item anterior. A maior parte dos participantes não compreende este desdobramento, pois não vê a explicitação da ecologia como ciência, mas sim como definição de natureza. Contudo, as respostas dos entrevistados parecem demonstrar que a maioria (07) vê, de alguma forma, nos movimentos ecológicos, um conteúdo político.

⁴ Em cada item analisado apresentaremos apenas 01 resposta exemplificadora pela condição do número de páginas do artigo, mas os autores se dispõem a fornecer todas as respostas a quem interessar possa.

Quanto ao questionamento de por que os programas de educação ambiental não têm surtido os efeitos desejados, apesar de o Brasil ser um país com legislação e programas ecológicos pertinentes e cuja compreensão teórica das informações é uma das mais avançadas do mundo, os participantes apontaram, na maioria (05) a cultura brasileira como um empecilho para a implantação e desenvolvimento destas ideias.

“A cabeça dos adultos, agora, é difícil mudar. Agora, vai demorar um pouco prá estes programas começarem a fazer efeito” (P2).

P1 apontou questões estruturais e econômicas, como a falta de apoio e dificuldades para se implantar ações realmente ecológicas. Ex. agricultor de produtos naturais não consegue se manter economicamente.

P4, P8 e P9 consideram que as informações e processos educativos não tem sido suficientes, que falta mais educação e mais informação da parte do governo.

Neste ponto da apresentação dos dados já temos aspectos suficientes para iniciar a análises acerca da compreensão dos participantes sobre a ecologia e os movimentos ecológicos.

Assim como Marçolla (2002) e Cunha (1994), não encontramos na compreensão dos participantes a ecologia tal como vem sendo discutida academicamente. A ecologia, como ciência, prima pelo restabelecimento do equilíbrio entre o ser humano e a natureza e este aspecto não comparece claramente nas respostas dos entrevistados. Até houve referência a certo respeito pela natureza, mas muitas concepções estão genericamente associadas a um incerto meio ambiente que parece dizer pouco aos professores, já que não está articulado em movimentos efetivos dentro de nossa sociedade.

No que diz respeito à resposta de P5, que vê a cultura como um empecilho para o desenvolvimento das questões ecológicas, percebemos que os participantes, de certa forma, subvertem a discussão ecológica que vem sendo feita, pois os fatores culturais são justamente aqueles que devem ser levados em conta nos processos transversais de educação ambiental, mas para nossos entrevistados, a cultura é vista como um impedimento e não como um elemento que deve ser pensado, planejado e aproveitado na formação de uma consciência moral ecológica.

Por outro lado, não se pode descartar que os participantes têm pensado sobre o tema em algum aspecto. A aceitação para participar de uma entrevista que, desde a apresentação da pesquisa até o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deixava bem claro que se tratava de um tema ligado à ecologia, demonstra que de alguma forma sentem-se aptos a discutir o assunto.

Logo, a que podemos atribuir o distanciamento da compreensão dos participantes com o conceito de ecologia propriamente dito? Acreditamos que precisamos refletir sobre as características que estas ideias tomam no dia-a-dia educacional. Por isto, como Marçolla (2002), devemos nos perguntar: “Até que ponto a Ecologia de nossos dias está sendo “ecológica”?” (p. 124).

Surge então um questionamento: o tema da ecologia não é estranho aos nossos participantes, inclusive é um ponto de preocupação para seu cotidiano profissional. Contraditoriamente suas crenças e conceitos não estão congruentes com o que se pensa academicamente de ecologia/movimentos ecológicos, logo, será mesmo assim possível encontrar nestes professores um juízo moral ecológico?

Questionamos também os participantes quanto à sua relação com a ecologia e com as questões ambientais. A maioria (06) sente-se comprometida, afirmando que a ecologia e as ações ambientais fazem parte de seu dia-

a-dia, tanto na vida pessoal quanto profissional, no planejamento de aulas e em atividades propostas. Complementam sua posição sobre serem conscientes com críticas acerca da conjuntura para tais trabalhos, pois dizem não achar que as questões ecológicas estejam progredindo de forma suficiente, tal como na resposta de (P2): “Minha relação é conflitante e questionadora, pois as propostas que são feitas não tem respaldo de ações governamentais. Este mês trabalhei um projeto de Coleta Seletiva, mas tudo que foi aprendido fica sem um final adequado, pois não há coleta seletiva na cidade, e tivemos problemas com o descarte do material, tive que levar prá casa prá dar um destino adequado”.

Os demais participantes (03) parecem ter uma relação distante com a ecologia já que afirmam apenas “cumprir sua parte”, mas consideram que não há grandes ganhos nisto.

“Só de respeito mesmo [...] Não tenho muita relação não [...] não sou daquelas que fica conversando com plantinhas”. (P4).

Também não atribuem participação à escola na formação da própria consciência ecológica, atribuindo seus posicionamentos diante da situação à formação religiosa de respeito pela natureza (P3), ter crescido na zona rural (P5), na própria atividade profissional: “Nenhuma. Só depois, numa escola, que tomei consciência através de alguns projetos da escola de conscientização” (P9). P4 afirma que nem na pós-graduação de gestão teve contato com assuntos desta linha.

Apenas um participante citou que acredita que aprendeu algo na disciplina de ciências (P3), mas não conseguiu exemplificar o conteúdo ou a série/ano escolar.

Tal resultado não nos causa espanto, já que outras pesquisas em Porto Velho vêm revelando que a escola não tem cumprido seu papel de forma-

ção para o cotidiano, para a vida, para a cidadania, logo, podemos estender tal realidade para as questões ecológicas. Tal como a pesquisa de Fontes e Lima (2011), com 326 adolescentes de 04 escolas da Zona Leste (área periférica) de Porto Velho, em que os mesmos demonstram que a escola “não tem se revelado como uma formação para a vida, [...] a formação do cidadão não tem sido contemplada no processo de aprendizagem [...] nem no aspecto da preparação para o trabalho e tampouco no exercício da cidadania” (p. 77).

Neste ponto da apresentação dos dados, precisamos chamar a atenção do leitor para que, sendo a ecologia uma ciência preocupada com a integração ética entre o homem e a natureza, esperávamos que no juízo moral ecológico dos participantes comparecesse a dimensão cognitiva e a dimensão afetiva de uma moralidade ecológica, tal como descrito na revisão teórica e encontrado na personalidade moral dos líderes ecológicos de Rondônia (LIMA, 2010).

Para analisar as respostas dadas pelos participantes até agora, à luz desta pontuação, vamos separá-las em duas questões:

Apesar de ser a ecologia uma preocupação dos participantes, seus conceitos integram eticamente o homem à natureza, ou os dissocia? Tal aspecto nos remete à compreensão da distinção entre moral e ética. Partindo da conceituação que já explicitamos na revisão teórica para esta diferenciação (LA TAILLE, 2001), acreditamos que tal preocupação com a ecologia, apresentada aqui pelos participantes entrevistados, não caracteriza uma ética ecológica, uma ética verde. Parece-nos que os participantes estão mais preocupados com as regras sociais de convivência em ambientes limpos, do que com uma discussão ética acerca da produção do lixo, do consumo em nossa sociedade, entre outros, como exemplifica Costa (2002); ou acreditam que defender a natureza seja simplesmente plantar ou “conversar com as plantinhas” (P4) – uma posição absolu-

tamente conservacionista, ao invés de discussões éticas sobre a necessidade de utilizar racionalmente a natureza. Diante de tal, não tememos afirmar que a postura até agora apresentada pelos participantes aponta para uma moralidade que dissocia homem x natureza.

Comparece nesta disposição uma dimensão cognitiva e uma dimensão afetiva da moralidade? Novamente nos reportamos a La Taille (2002), para lembrar que a dimensão cognitiva da moralidade é o saber fazer, ter conhecimento intelectual sobre, e a dimensão afetiva é o querer fazer, aquela em que a afetividade está investida. Apesar dos posicionamentos críticos de 06 participantes, outros 03 ainda tratam o tema de forma distante de sua realidade e todos, apesar de demonstrarem a consciência da necessidade de se discutir o tema (dimensão cognitiva), ainda não demonstram o desejo de modificar as relações a partir desta consciência (dimensão afetiva).

Quando perguntados “De que maneira desenvolvem as atividades sobre ecologia em sala de aula?”, a transversalidade é citada, mas não é vivenciada, e acreditamos que tal fato se dá justamente por não conseguirem realiza-la, pois se estivesse acontecendo concretamente, os exemplos seriam inquestionáveis.

Apenas a resposta de P1 aponta para certa interdisciplinaridade: “De forma completamente interdisciplinar: pesquisam acompanhados e apoiados; este ano trabalhamos floresta e mata ciliar; em algumas disciplinas com textos ecológicos; em matemática fazendo gráficos das derrubadas e das medidas do novo código florestal; a EMBRAPA fez palestras e levou sementes da região amazônica; fecharam o ano apresentando o tema na mostra cultural” (P1).

Os participantes P3, P4, P8 e P9 conseguem exemplificar como tais estudos estão sendo concretizados em atividades práticas, que acreditamos,

apresentam maior possibilidade de auxiliar a construção do conhecimento pelos próprios sujeitos, mas devemos fazer uma observação: as atividades práticas citadas não atendem na sua extensão a concepção de atividades para a construção do conhecimento pelo sujeito (PIAGET, 1957/2002; 1964/2001; PIAGET; INHLEDER, 1989), já que as mesmas se referem apenas a pesquisas, com respostas repetidas no item “internet”.

“Basicamente uso do livro didático e pesquisas na internet” (P3).

“Conteúdo dos livros, pesquisa na internet, jornais, revistas, textos” (P4).

“Questionamentos, vídeos, maquetes” (P8).

“Situações de nosso cotidiano, começando pela limpeza da sala, do pátio.” (P9).

[...] se a informação é necessária, não é suficiente. Pressupõe que o ser humano seja sobretudo racional e coerente. Isso significa não considerar complexos processos afetivos e de influência social, entre outros tantos que mascaram a possibilidade da racionalidade” (POL, 2001, p. 64-65).

Foi por isto que concluímos em pesquisa anterior, que “[...] para a efetividade dos programas de educação ambiental, é necessário proporcionar uma convivência mais próxima, mais emocional, com a natureza” (LIMA, 2010, p. 476). E isto não está presente nas estratégias pedagógicas dos participantes.

Observamos que não há estímulo ao desenvolvimento de uma moral ecológica autônoma dos alunos. O que comparece, como já dissemos, é uma moral ecológica conservacionista, que mais se aproxima da heteronomia (do que da autonomia moral) – visível aqui no posicionamento de (P5): “Não

deixo que saiam da sala se tiver lixo no chão”. Ou (P7): “Chamando a atenção deles [...] para as pichações na parede, a sujeira da sala” (P7).

Destarte, podemos acrescentar que a ausência de uma prática pedagógica interdisciplinar relacionada ao tema da moralidade ecológica revela também a ausência de um juízo moral ecológico nos participantes, já que assim como nas fases iniciais do desenvolvimento moral da teoria piagetiana, os conceitos de ecologia parecem ‘colados’ à compreensão dos participantes sobre o tema, são assimilados como conteúdos curriculares necessários de serem ‘repasados’ aos alunos, mas os próprios professores não fazem uma análise autônoma da necessidade de trabalhá-los e portanto não conseguem compreender que somente um trabalho interdisciplinar é capaz de formar um juízo moral ecológico autônomo (e por isto não o realizam).

A ausência de um juízo moral ecológico dos participantes vai ser sustentada também no julgamento moral do Dilema de Pedro, onde os participantes apresentam uma ética verde calcada na noção objetiva de justiça, sendo que é justamente a noção subjetiva de justiça que nos leva a ter uma ética verde (LIMA, 2010), já que esta deve considerar todos os pontos de vista, não apenas aquele da noção objetiva de justiça.

Estamos aqui nos referindo à evolução da Noção de Responsabilidade presente na compreensão da justiça que os sujeitos apresentam no desenvolvimento de uma Moral Heterônoma para uma Moral Autônoma (PIAGET, 1932/1994). Enquanto apresenta apenas a Noção de Responsabilidade Objetiva, o sujeito julga (moralmente) as situações apenas por suas consequências e não pela intencionalidade do sujeito que as pratica (esta é característica do 1º e 2º estágios do Desenvolvimento Moral na teoria piagetiana – Estágios Motor Individual e Egocêntrismo). Já ao desenvolver a Noção de Responsabilidade Subjetiva (que inicia apenas a partir do 3º estágio – Cooperação), o sujeito, des-

centrado de seu egocentrismo, começa a perceber a intencionalidade dos atos. Dá-se conta das consequências distintas que as ações possuem quando, na relação com outrem, implica a percepção do objetivo pré-estabelecido do ato.

Contribui para tanto, não só a carência de formação (como já comentado) como ausência de reflexão sobre o próprio cotidiano. Isto pode ser verificado pela percepção dos participantes sobre as mudanças que ocorreram nas suas vidas, ou seja, sobre a forma como veem as questões ecológicas hoje e antigamente: 04 dos 09 participantes disseram não perceber nenhuma diferença significativa, mas as demais (05), portanto a maioria aponta o acesso à informação como um aspecto relevante. “Muita. O acesso à informação facilita e dinamiza o trabalho. Como no caso do Código Florestal. A gente pode discutir em sala, mandar pesquisar, ver dados atuais, mesmo enquanto a situação está acontecendo. Antes as informações demoravam prá chegar até a escola” (P1).

P6 citou as crianças como um elemento de estímulo para a mudança, pois “Hoje as crianças são espertas e já vem com conhecimento prévio. Elas são mais participativas e questionadoras”.

P3 apontou a gestão escolar como responsável por possíveis mudanças, mas não deixou claro que teve esta experiência ou se apenas considera isto essencial. Acreditamos que P3 estivesse apenas apontando algo que poderia indicar mudanças, pois foi uma dos participantes que respondeu, inicialmente, que não percebia nenhuma mudança: “As equipes que administram as escolas também contribuem para isto, pois conforme elas mudam as pessoas da escola se modificam também”.

Destacamos que embora a maioria dos participantes (05) aponte mudanças em sua percepção, nenhuma delas faz referência às grandes mudanças na ecologia mundial, como os fóruns, as políticas públicas, a mudança de

postura das pessoas nas ruas, mas simplesmente se referem às mudanças globais da sociedade (mídia; crianças mais espertas).

Passemos então à análise do segundo instrumento utilizado na pesquisa, os Dilemas Ecológicos.

O Dilema Ecológico de Pedro

O segundo instrumento que utilizamos foi um Dilema Moral Ecológico, para o qual, o primeiro juízo moral que solicitamos dos participantes foi o julgamento da ação de Pedro.

A maioria dos participantes considera incorreta a ação de Pedro. Estas defendem o cumprimento da lei e mesmo compensando-a não deveria desobedecê-la. Na resposta das demais (03) encontramos a compreensão de que a compensação ambiental realizada por Pedro torna a desobediência à lei aceitável.

São exemplos das 2 posturas apresentadas:

“Não. Mesmo querendo ajudar, não acho correto desobedecer à lei” (P3).

“Sim. Por que ele descumpriu a lei, mas foi lá e fez. Isto é o que importa” (P4).

Como procedimento de pesquisa e para esclarecer efetivamente a posição do julgamento moral dos participantes, durante a aplicação do dilema torna-se ao julgamento do ato de Pedro através do questionamento explícito sobre o fato de que a desobediência à lei poderia ser compensada de alguma forma.

Nossos participantes não caem em contradição e 06 participantes consideram que atitudes compensatórias não tornam o ato de desobediência correto: “Apesar de pensar que está ajudando a natureza, não concordo em desobedecer a lei” (P3).

Os demais (03), consideraram a compensação uma forma adequada de tornar a ação aceitável: “Desrespeitou a lei e não a natureza” (P2).

Também na aplicação dos dilemas, concluímos que a idade, tempo de experiência e em níveis de Ensino, não foram dados relevantes para as conclusões desta pesquisa.

Quanto ao juízo moral ecológico que se depreende da análise das respostas ao Dilema Ecológico de Pedro, podemos, fechando a mesma e respondendo à questão central desta pesquisa, afirmar que, embora haja uma preocupação com o tema da ecologia por parte dos participantes desta pesquisa, os mesmos não apresentam um juízo moral ecológico.

Conclusão

Ao afirmarmos que os participantes não apresentam um juízo moral ecológico, precisamos esclarecer alguns pontos: a “[...] a moral ecológica é uma moral do imperativo categórico, do dever de fazer, do não poder deixar de fazê-lo” (LIMA, 2010, p. 470), e isto não foi encontrado no posicionamento investigado dos participantes, cujas respostas à entrevista aberta foram corroboradas pelos juízos morais diante do Dilema Ecológico de Pedro.

O juízo moral ecológico supõe uma disposição para trabalhar com as questões ambientais calcadas em “[...] razões construídas a partir das experiências pessoais e da cultura em que se inserem” (op. cit. p. 472). Ao contrário disto, os participantes veem na cultura na qual se inserem um impeditivo para o desenvolvimento da formação de uma consciência ecológica.

O sujeito que apresenta um juízo moral ecológico tem um motivo moral para trabalhar com a defesa ambiental que “[...] envolve um querer moral, ou seja, o dever de fazer algo.” (op. cit. p. 473), porque é algo que não podem deixar de fazer. Tal motivação também está ligada “[...] ao amor pela natureza, ao amor pelo lugar em que mora, principalmente a partir da identidade que criou na Amazônia e suas características peculiares” (op. cit. p. 473). A maioria dos participantes não vê na ecologia um motivo moral de suas vidas. Inclusive consideram o próprio movimento ecológico com descrédito.

A moral ecológica está baseada na racionalidade e na sustentabilidade (LIMA, 2010). “A premência de atender a necessidade de sobrevivência do ser humano torna um dever defender esse ser humano. Isso é um imperativo categórico.” (op. cit. p. 474). Vimos que desde a concepção de ecologia, passando pelas práticas pedagógicas, até o julgamento moral de Pedro (dilema ecológico), os participantes não demonstraram preocupação (ou conceituação) com a harmonização do humano com a natureza.

“A moral ecológica é regulada pela subjetividade” (op. cit. p. 475), onde a justiça aceita e executada prima por uma noção de responsabilidade subjetiva. A noção de responsabilidade subjetiva está circunscrita por uma ética verde, a ética da sustentabilidade. A maioria dos participantes optou por uma justiça regulada pela noção de responsabilidade objetiva.

Precisamos esclarecer ainda que não estamos julgando ou analisando o quanto os participantes são éticos ou morais em suas vidas de forma geral. O que nos dispusemos a compreender foi um juízo moral específico, o ecológico, que depende da formação de uma ética específica, a verde, baseada na sustentabilidade. E assim nos propusemos, por acreditar que, a formação de uma ética verde (ecológica) efetiva na prática pedagógica depende e ou pelo

menos é facilitada pelo fato de os educadores terem uma ética verde, terem um juízo moral ecológico.

Baseamos tal crença em Piaget (1932/1994), Kohlberg (1951/1992)⁵, Biaggio et. al. (1999)⁶, entre outros que acreditam que o desenvolvimento moral pode ser estimulado através do debate, embora saibamos que para se chegar à ação moral (a partir de uma ética verde) outros elementos, como os afetivos, deverão comparecer, mas inclusive neste aspecto podemos acreditar que se estes professores forem morais ecologicamente poderão contribuir na formação ética ecológica de seus alunos, pois acreditamos, como Piaget (1932/1994), que “são as pessoas exteriores que canalizam os sentimentos elementares da criança, e não estes que tendem, por si próprios, a se regularizarem do interior” (p. 296).

A formação de uma moral ecológica tem feito falta a nossos alunos, tal como pode ser percebido na pesquisa de Minin e Lima (2010) com cento e oito (108) adolescentes de 15, 16 e 17 anos de seis escolas da Rede Estadual de ensino das regiões econômicas Centro, Sul e Leste de Porto Velho (RO).

Apesar dos adolescentes afirmarem terem tido contato com informações acerca de questões ecológicas (dimensão cognitiva da moralidade), tal como o Caso das Usinas do Madeira (situação ecológica mobilizadora em Rondônia nos anos de 2008 a 2011) em disciplinas como Ciências, História e Geografia durante o Ensino Médio, apesar da faixa etária, na qual se esperaria (segundo a Teoria do Desenvolvimento Moral de Piaget -1932/1994) já estarem

⁵ Kohlberg (1951/1992) é reconhecido pelos programas de desenvolvimento moral que realizou com sujeitos de diversas idades e classes sociais, inclusive com mulheres presidiárias e adolescentes com dificuldades de aprendizagem. Assim como esperamos que ocorra em nossas escolas, os programas desenvolvidos por Kohlberg não ficaram restritos à discussão dos dilemas, mas envolveram mudanças na organização das instituições e nas relações interpessoais (como uma comunidade justa);

⁶ Biaggio et. al. (1999) realizou um programa de desenvolvimento moral a partir da discussão de dilemas especificamente ecológicos.

no estágio moral autônomo (mais propensos à dimensão afetiva da moralidade ecológica), os adolescentes participantes da pesquisa, ainda apresentam juízo moral ecológico heterônomo.

Minin e Lima (2010) destacam ainda a necessária formação deste juízo moral ecológico em fase da vida que pode ser associada às séries iniciais do Ensino Fundamental, justamente a faixa pesquisada por nós de atuação das educadoras.

Tais conclusões nos convidam a repensar, mais uma vez, a formação docente e as práticas pedagógicas. Desde a formação docente, a preparação para trabalhar com as questões ecológicas deve levar em consideração uma experiência mais sensível com a ecologia, possibilitando que as pessoas/alunos passem por programas de sensibilização desta relação, e não apenas programas de educação ambiental.

Referências

AZEVEDO, Tarso. Rio + 20: entrevista. [20 de junho de 2012]. Rio de Janeiro: **Bom Dia Brasil**. Entrevista concedida a Miriam Leitão.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BESSERMAN, Sérgio. Rio + 20: entrevista. [20 de junho de 2012]. Rio de Janeiro: **Bom Dia Brasil**. Entrevista concedida a Renata Vasconcellos.

BIAGGIO, Angela M. B.; VARGAS, Gertrudes A. de Oliveira; MONTEIRO, Janine K.; SOUZA, Luciana K.; TESCHE, Sérgio L. Promoção de atitudes ambientais favoráveis através dos debates de dilemas ecológicos. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 221-238, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais**, ética/ secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998, 436 p.

BROWN, Lester R. Ecopsychology and the environmental revolution: Na environmental foreword. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. xiii-xvi.

COSTA, Patrícia. A fundamental educação ambiental. **Senac e Educação Ambiental**. v. 11, n. 1, p. 34-37, Janeiro/Março, 2002.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

DELFINO, Hênio. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's**. 2010. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/882494>. Acessado em 06/04/2013.

Eckensberger, Lutz H. Juízos morais no contexto de orientações de valores econômicos e ecológicos: o caso de uma usina de força abastecida a carvão. In: TASSARA, Eda. (Org.) **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 141-186.

FONTES, Diana Campos; LIMA, Vanessa. Aparecida Alves. A escola segundo alunos do ensino médio de Porto Velho-RO. **Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 15, n. 1, p. 71-79. Janeiro/Junho de 2011.

FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

GALLO, Silvio. **Conhecimento, transversalidade e currículo**. Reunião anual da ANPEd, 24. Programas e resumos. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, 1995.

GRAY, Leslie. Shamanic Counseling and ecopsychology. In: ROSZAK, Theodore.; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. 172-182.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; LA TAILLE, Yves de. A construção ética e moral de si mesmo. In: SOUZA, Maria Thereza C. (Org.). **Os sentidos de construção: o si mesmo e o mundo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 69 a 101.

HILMAN, James. A Psyche the size of the earth: A psychological foreword. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. xvii-xxiii.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 233-250. Maio/Agosto 2005.

KEENEY, Terry. **Ecopsychology**. United States of America: Antioch University Santa Bárbara, 1997.

KOHLBERG, Lawrence. (1951) **Psicologia del desarrollo mental**. Bilbao: De. Desclée, 1992. 2 v.

LA TAILLE, Yves. As virtudes segundo os jovens. In: LA TAILLE, Yves; MENIN, Maria Suzana De Stefano (Org.). **Crise de Valores ou Valores em Crise?** Porto Alegre: ArtMed, 2009. P. 46-69.

_____. Moralidade e violência: a questão da legitimação de atos violentos. 31 p. Projeto de Pesquisa apresentado à FAPESP, 2003.

_____. Cognição, afeto e moralidade. In: OLIVEIRA, Marta Kohl; SOUZA, Denise T. R.; REGO, Teresa C.; (Orgs.) **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p. 135-158

_____. A questão da indisciplina: ética, virtudes e educação. In: DEMO, Pedro; HOFFMAN, Jussara; LA TAILLE, Yves de. **Grandes pensadores da educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. p. 67-98.

_____. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 1998.

LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. A virtude do perdão segundo sujeitos de 6, 9 e 12 anos. In: LIMA, Vanessa Aparecida Alves; PEREIRA, Rosa Martins Costa (Org). **Recortes teóricos práticos da psicologia**. Curitiba, PR: Ed. CRV, 2011a, p. 105-114.

_____. A Psicologia Moral na Obra de Jean Piaget. Anais do I Congresso de **Epistemologia Genética da Amazônia**. Porto Velho – RO, Abril, 2011b. Disponível em <http://www.periodicos.unir.br/index.php/cegra/index>

_____. Ecologia e Juízo Moral: Vozes de Líderes Ambientais em Rondônia. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Impresso), v. 30, n. 3, p. 464-477, 2010.

_____. **A formação da personalidade moral ecológica**. In: Psicologia, saúde e educação: desafios na realidade amazônica. São Carlos: Pedro & João Editores./Porto Velho: EDUFRO, 2009.

_____. **Ecologia e juízo moral: vozes da liderança ambiental em Rondônia**. 220p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. De Piaget a Gilligan: retrospectiva do desenvolvimento em psicologia – um caminho o estudo das virtudes. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 24, n. 3, p. 12-23. 2004.

_____. A generosidade segundo sujeitos de 6, 9 e 12 anos. In RIBEIRO, Ronilda; NENEVÉ, Miguel; PROENÇA, Marilene (Orgs.) **Psicologia e Saúde na Amazônia: pesquisa e realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 15-37.

MARÇOLLA, Bernardo Andrade. Os desafios da psicologia frente à questão ecológica: rumo à complexa articulação entre natureza e subjetividade. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 22, n. 1, p. 120-133, 2002.

METZNER, Ralph. **Green Psychology**. Rochester, Vermont (U.S.A.): Park Street Press, 1999.

MILANI, Vanessa; MININ, Junior Cesar.; LIMA, V. A. A. Ecologia e Psicologia: relação possível e necessária. **Anais da III Mostra Acadêmico-Científica da UNIJIPA**. Novembro/2009, 682-696.

MININ, Junior Cesar; LIMA, Vanessa Aparecida Alves Personalidade moral ecológica em adolescentes de Porto Velho (RO). **Revista Pesquisa & Criação**. n. 09. Edição Especial, 2010. Disponível em: http://www.unir.br/menus/pesquisa/pibic/ResumosExpandidosPIBIC2009_2010.pdf. Acessado em 20/05/2012.

NERES, Samara Helane L.; LIMA, V. A. A. Ética e moral na sala de aula: estudo sobre uma prática pedagógica transversal. **Anais do I Congresso de Epistemologia Genética da Amazônia**. Porto Velho-RO, Abril, 2011. Disponível em <http://www.periodicos.unir.br/index.php/revistacegra/article/viewFile/275/288>. Acessado em 20/05/2012.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PIAGET, Jean (1932). **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean; INHLEDER, Bärbel. **A Psicologia da Criança**. 10. ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

PIAGET, Jean. (1957). **Epistemologia Genética**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIAGET, Jean. (1964) **Seis Estudos de Psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PINHEIRO, José Q. (Um pouco da) Psicologia ambiental no Brasil: identidade, incertezas, perspectivas. In: TASSARA, Eda. (Org.) **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 11-26.

PINHEIRO, José Q. Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 277-398, 1997.

POL, Enric. Ejes de tensión y nueva agenda para la psicología ambiental. Una perspectiva europea. In: TASSARA, Eda (Orgaz.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2001. p. 51-67.

PUIG, José Maria. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

QUEIROZ, Kelly Jessie Marques; LIMA, Vanessa Aparecida Alves. Método Clínico piagetiano nos estudos sobre Psicologia Moral: o uso de dilemas. **Schème**, v. 3, n. 5, p. 110-131, Jan/Jul 2010.

ROSZAK, Theodore. Ecopsychology and the deconstruction of whiteness: na interview whit Carl Anthony. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. 263-278.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. 18. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SEWAL, Laura. The skill of Ecological perception. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. 201-215.

SYLVAN, Richard; BENNETT, David. **The greening of ethics**. United States of America. Cambridge: The White Horse Press and Tucson: The university of Arizona Press, 1994.

Recebido em: 23/07/2012

Aceite em: 29/04/2013